

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Ciência Política

DEMOCRACIA, JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA: Estudo sobre jovens dirigentes
partidários no Rio Grande do Sul.

Félix Ubirajara de Souza Pereira

PORTO ALEGRE
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Ciência Política
Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso em Ciência Política

DEMOCRACIA, JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA: Estudo sobre jovens dirigentes partidários no Rio Grande do Sul.

Félix Ubirajara de Souza Pereira

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito para obtenção da Graduação de Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Marcello Baquero

PORTO ALEGRE
2013/2

Dedicatória

Para Maria Luíza e Lívia, meus amores incondicionais e Denise, sem a qual, muito da alegria de viver não faria sentido.

Agradecimentos

Inicialmente, quero agradecer aos meus pais, Gilmar e Marisabete, pelo apoio e incentivo em todos os momentos. Aos meus avôs maternos, Francisco (*in memoriam*) e Izolina, e aos avôs paternos Acidemundo (*in memoriam*) e Irene, pelo amor devotado. Aos meus irmãos Felipe e Fernanda, pelo companheirismo, amor e cumplicidade.

Aos demais familiares que souberam entender e apoiar muitos momentos de ausência no convívio com os mesmos durante esta jornada.

Aos professores Carlos Arturi, Eva Barbosa Samios, Benedito Tadeu César, Naira Lapis, Jussara Prá e José Otávio Catafesto, os quais marcaram profundamente minha formação.

Aos colegas de trabalho Edson Luís de Moraes, Maria de Fátima Cutruneo e José Carlos Andres Blanco, os quais em muitos momentos sobrecarregaram-se para que pudesse me sobrar energias para seguir em frente em momentos decisivos da graduação.

Em especial, quero agradecer à professora Bianca Linhares que acompanhou o nascimento do projeto. Sem suas dicas, paciência e incentivo, muito pouco, do que aí está, teria existido.

Também, de forma especial, aos professores Rodrigo Stumpf Gonzáles e Silvana Krause que fizeram críticas importantes ao trabalho, auxiliando sobremaneira na melhoria do texto, bem como na elucidação de pontos obscuros e equívocos metodológicos.

Por fim, mas não menos especial, ao meu orientador, Marcello Baquero. A sua importância vai além do papel que um orientador tem num trabalho de conclusão de curso. Ele é o responsável direto pelo meu interesse na Ciência Política, em especial, no tema da Cultura Política.

Nunca é demasiado observar que as faltas e equívocos contidos neste trabalho não devem ser imputados a nenhum dos mestres citados. Estes são parte da limitação do próprio autor.

Epígrafe

“... apesar do desgaste e do desprestígio constatados ao longo do tempo, os partidos políticos continuam a ser entidades imprescindíveis nas sociedades contemporâneas. No seu desempenho, são portadores de culturas distintas que assumem, produzem e reproduzem. Os partidos são organizações iminentemente culturais em relação ao poder e à convivência humana. Integram-se na sociedade e se justificam historicamente, reinterpretando seu passado para dinamizar seu presente”.

Marcello Baquero (1999, p. 18)

RESUMO

Este trabalho busca identificar se a adesão a um partido político implica a adoção de uma cultura política democrática. Através da aplicação de questionário junto a 26 dirigentes estaduais de organismos juvenis partidários do Rio Grande do Sul, pretende-se identificar os traços da cultura política desse grupo. Particularmente, se esta pode ser classificada como democrática e, caso afirmativo, se a mesma se vincula a uma concepção minimalista/procedimentalista ou maximalista/substantiva de democracia.

Palavras-chave: democracia; cultura política; juventude; partidos políticos, dirigentes partidários

ABSTRACT

This paper seeks to identify whether adherence to a political party implies the adoption of a democratic political culture. Through a questionnaire applied to 26 state leaders of youth organizations supporters in Rio Grande do Sul, is intended to identify the traits of the political culture of this group. Particularly if this can be classified as democratic, and if so, whether this is related to a minimalist/proceduralist or to a maximalist/substantive conception of democracy

Keywords: democracy, political culture, youth, political parties, party leaders

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Caracterização da Cultura Política	31
Quadro 2. Caracterização da Cultura Política Democrática	32
Gráfico 1. Adesão à democracia	34
Gráfico 2. Preferência pela democracia	35
Tabela 1. Manutenção de apoio à democracia frente a problemas circunstanciais	35
Tabela 2. Apoio à democracia a partir da filiação do dirigente juvenil	36
Tabela 3. Democracia x Governo Autoritário a partir da filiação partidária	37
Tabela 4. Adesão x Apoio à democracia a partir da filiação, em relação ao total dos entrevistados	38
Tabela 5. Satisfação com a democracia a partir da filiação partidária	39
Gráfico 3. Caracterização da democracia	40
Gráfico 4. Forma de resolução de crise	40
Tabela 6. Caracterização da democracia x forma de resolução de crise	41
Tabela 7. Caracterização da democracia x Forma de resolução de crise, em relação ao total dos jovens entrevistados	42
Tabela 8. Caracterização da democracia a partir da filiação partidária	43
Tabela 9. Forma de resolução de crise a partir da filiação partidária	44
Tabela 10. Caracterização da democracia x Forma de resolução de crise a partir da filiação partidária	45
Tabela 11. Caracterização da democracia x Forma de resolução de crise a partir da filiação, em relação ao total de entrevistados por partido	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PROBLEMA DE PESQUISA	12
3. JUSTIFICATIVA	13
4. OBJETIVOS	14
4.1 Objetivo Geral	14
4.2 Objetivos Específicos	14
5. HIPÓTESES	15
5.1 Hipótese Geral	15
5.2 Hipótese Específica	15
6. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA	16
6.1 A Democracia como ideal	16
6.2 Cultura Política	18
6.3 Produção e reprodução da Cultura Política	20
6.4 Grupos dirigentes, Legitimidade e Cultura Política	21
6.5 Cultura Política e Renovação Geracional	23
6.6 A democracia como realidade	25
7. ASPECTOS METODOLÓGICOS	30
8. A DIMENSÃO EMPÍRICA	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
Referência Bibliográfica	50
Anexos	52
Anexo 1 – Questionário	52

INTRODUÇÃO

A democracia brasileira tem se caracterizado por um paradoxo: ao mesmo tempo em que há uma institucionalização bem sucedida dos procedimentos democráticos, o regime tem se mostrado tímido na diminuição das enormes desigualdades sociais existentes no país. Mesmo com os relativos avanços econômicos e sociais, decorrentes dos últimos anos, estes não têm sido capazes de impactar positivamente a forma como os cidadãos vivenciam a democracia. Isto pode ser facilmente notado na disparidade percebida entre um apoio normativo ao regime e a avaliação negativa que os cidadãos brasileiros atribuem às suas principais instituições e na pouca disposição que têm em participar da vida política, restringindo esta, basicamente, ao exercício obrigatório do voto.

Neste cenário de baixa participação política, os partidos políticos são uma das instituições da democracia que menor prestígio gozam junto à população, sendo os que um menor número de pessoas aderem, na já diminuta parcela de “participantes”.

Quanto à participação política dos jovens brasileiros, não existem predisposições para a participação distintas daquelas verificadas na população em geral. Como veremos adiante, vem ocorrendo um deslocamento do tipo de participação política dos jovens, os quais privilegiam ações mais diretamente voltadas ao atendimento de pautas específicas (assistência a moradores de rua, direitos humanos, questões de gênero, entre outros). Esta situação tem reduzido ainda mais a percepção dos partidos políticos como instrumentos de canalização e encaminhamento de demandas desta parcela da população.

A teoria da Cultura Política propicia um enfoque sólido para verificar as causas do engajamento em instituições políticas da democracia. A adoção de valores especificamente democráticos tende a influenciar a forma como os indivíduos relacionam-

se com o regime, tanto em seu aspecto normativo como em sua prática cotidiana. Cumpre salientar que aspectos históricos da conformação dos grupos sociais são importantes para entender a manutenção de determinados padrões de comportamentos e atitudes, enfim, da cultura política dos mesmos.

Embora o passado brasileiro tenha marcas profundas de autoritarismo e os estudos apontem para a persistência de traços culturais calcados no personalismo, no clientelismo e no patrimonialismo, é possível objetar se a participação dos jovens em instituições da democracia está ancorada numa cultura política democrática. Um dos aspectos importantes é que a experiência política dos jovens partidários de hoje se deu num contexto de democracia “plena”. Ou seja, estes não vivenciaram o período autoritário de 1964/1985. Os próprios partidos políticos, criados após a redemocratização, não são tutelados em seus programas ou ações políticas como os existentes durante a ditadura militar. Ainda, os grupos políticos que, outrora, estavam apartados da vida política nacional podem, hoje, organizar-se de maneira “autônoma”, inclusive com propostas que podem incluir desde a substituição do regime e, mesmo, a mudança do sistema social.

PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do contexto acima descrito, o presente trabalho busca problematizar a relação entre participação, através da adesão a um partido político, e cultura política, observando os agentes juvenis. Em suma, tendo em vista a pouca predisposição para a participação verificada junto aos jovens brasileiros, seria a cultura política dos jovens partidários um componente explicativo para a participação? Esta cultura poderia ser caracterizada como democrática? Havendo uma resposta positiva para a pergunta anterior, esta se referiria a que concepção de democracia: minimalista/procedimentalista ou substantiva/maximalista?

JUSTIFICATIVA

Buscar compreender que tipo de cultura política norteia a participação política dos dirigentes de organismos juvenis de alguns partidos do Rio Grande do Sul é importante, na medida em que reflete sobre a relação entre cultura política e participação. O trabalho examina os dados coletados junto aos membros de quatro partidos no RS (PT, PDT, PMDB e PSDB), a partir da disposição dos mesmos em colaborar com a pesquisa. Acredita-se que tal análise pode trazer subsídios para o aprofundamento de questões relativas à forma como os jovens integrantes dos organismos juvenis destes partidos se relacionam com a democracia, quais os valores que norteiam seus comportamentos e atitudes.

Inscribe-se, também, o presente estudo na preocupação com o futuro do sistema democrático brasileiro, uma vez que, no longo prazo, o decréscimo da legitimidade e confiança nas instituições básicas da democracia, pode colocar em xeque o próprio regime (BAQUERO, 1999).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Problematizar a participação de jovens dirigentes em organismos juvenis partidários.

Objetivos Específicos

- Identificar o tipo de cultura política que norteia a participação política de jovens dirigentes.
- Verificar a adesão, ou não, a uma cultura política democrática e, em caso afirmativo, a que concepção de democracia se vincula esta cultura política - se procedimentalista/minimalista ou substantiva/maximalista

HIPÓTESES

Hipótese Geral

A participação em instituições da democracia aumenta a probabilidade da adoção de uma cultura política democrática.

Hipótese Específica

O tipo de cultura democrática dos jovens dirigentes partidários é do tipo minimalista/procedimentalista.

6. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA.

6.1 A Democracia como ideal

O regime democrático, enquanto forma de governo de agrupamentos humanos, é apenas uma das possibilidades existentes. Seu fundamento repousa na soberania dos cidadãos na conformação de grupos dirigentes, bem como na definição das prioridades que devem ser levadas em conta visando o bom governo.

É possível notar que muitos aspectos descritos acima são bastante vagos e controversos. Afinal, a soberania deve necessariamente originar um sistema representativo? Não seria possível a construção de um regime baseado na participação direta dos cidadãos no governo da *polis*? Em caso negativo, os cidadãos teriam realmente o mesmo “peso” na conformação das prioridades? O que pode ser caracterizado como bom governo?

De tudo isso, podemos depreender que a democracia ainda é um conceito disputado tanto na ciência política quanto na sua construção prática (Cunningham, 2009).

Basicamente, podemos distinguir duas formas de concepção da democracia. A primeira, conhecida como minimalista ou procedimentalista, propõe, resumidamente, que a democracia é um modo de escolhas, através do sufrágio, entre elites políticas concorrentes e seus respectivos projetos. As características da democracia segundo esta concepção seriam: (a) escolha dos governantes por meio de eleições com a participação dos membros adultos da comunidade política, sob o princípio, da igualdade formal entre os cidadãos, ou seja, “um cidadão, um voto”; (b) eleições livres, regulares, competitivas e abertas; (c) liberdade de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos

políticos para competir pelo governo; (d) acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral, ou seja, basicamente, liberdade de imprensa (Moisés, 2008) Torna-se claro que estas características incidem, no caso brasileiro, na forma como se constitui aquilo que chamamos de Poder Executivo e, de maneira secundária, o Poder Legislativo. Por outro lado, levando em conta a discussão feita por Cunningham (2009), a respeito das teorias da democracia, caracterizamos uma concepção como maximalista ou substantiva deste regime político, como aquela que além de (a) garantir os procedimentos democráticos, é necessária a (b) criação de canais institucionais de participação dos cidadãos nas instituições governamentais, como forma de garantir que o seu conteúdo seja permanentemente atualizado, (c) que os espaços de participação popular nas instituições governamentais possuam certo grau de capacidade deliberativa em relação aos assuntos públicos, ou seja, interfiram diretamente nos objetivos que o poder público deve alcançar na implementação das políticas públicas e (d) conseqüentemente, sejam criados mecanismos de prestação de contas que possibilitem ao cidadão o acompanhamento dos atos do poder público. Em suma, garantir a interferência permanente da “sociedade civil” na forma como a “sociedade política” conduz os assuntos públicos, visando alcançar maior equidade social.

Para a finalidade deste trabalho, a democracia é entendida como um regime político que busca incorporar o cidadão enquanto sujeito ativo na construção dos objetivos sociais relevantes, através de sua participação em mecanismos institucionais capazes de orientar a forma de atuação do poder público a fim de realizar o bem comum, notadamente a busca de maior equidade e justiça social.

Esta concepção de democracia está ancorada nas duas exigências observadas por Atílio Boron (1994), sendo:

... por um lado, um conjunto de regras ‘certas’ do jogo que permita institucionalizar – e provisoriamente resolver – os antagonismos sociais e chegar a resultados ‘incertos’, isto é, nem sempre necessariamente favoráveis aos interesses das classes dominantes; por outro, a democracia também contém uma definição da “boa sociedade” que, dialeticamente, finaliza no socialismo (pp. 8-9).

A partir desta perspectiva, a cultura política é fundamental na sedimentação do regime democrático, uma vez que os valores e normas que orientam os comportamentos e atitudes dos cidadãos seriam fundamentais para assegurar o consenso da democracia enquanto melhor forma de governo diante de situações de crise e de tentativas de instauração de regimes autoritários. Mas, afinal, qual a origem dos estudos culturalistas, qual a importância que este tipo de explicação assume hoje em dia e quais são seus pressupostos básicos?

6.2 Cultura Política

O conceito de cultura política surge a partir dos estudos de Gabriel Almond e Sidney Verba, em seu clássico *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries* (1963). A tese fundamental é que “existe uma relação causal entre a opinião da população e a possibilidade de surgimento do sistema democrático e sua estabilidade” (Almond e Verba, 1963, p.20). Apesar da contribuição inestimável dos autores, a capacidade explicativa da cultura política tem sido problematizada. O questionamento mais importante deriva do fato de que os autores consideram a democracia liberal como parâmetro, especificamente a democracia existente nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha, desconsiderando que a cultura política emerge de uma vivência histórica concreta e, portanto, a consolidação da democracia dependeria da análise desses fatores. O ponto forte desta crítica é ao mesmo tempo o seu ponto fraco. Ao criticar a democracia modelo adotada pelos autores, o que acabam propondo é sua substituição por outro, mais adequado às tarefas que acreditam ser mais importantes para determinadas sociedades. É este ponto que a concepção de democracia que trabalhamos retém das críticas, ou seja, os problemas que a sociedade brasileira precisa superar requerem um modelo democrático que

ataque frontalmente formas tradicionais de fazer política que têm ocasionado a apreensão de recursos e espaços públicos por interesses privados. Portanto, faz-se necessário criar uma cultura política condizente com os pressupostos básicos do modelo democrático que se tem em mente.

Os estudos sobre cultura política ganharam força a partir da insuficiência das teorias institucionalistas em explicar porque as democracias derivadas da “terceira onda” (HUNTINGTON, 1994) gozavam de tão baixo prestígio junto às populações dos países recém democratizados. A institucionalização de mecanismos de participação democrática, sobretudo o voto, não foi capaz de criar atitudes positivas em relação à democracia. Na América Latina, por exemplo, houve uma frustração dos cidadãos com os resultados da democracia que não vem sendo capaz de diminuir a desigualdade social, bem como propiciado a manutenção de práticas como o patrimonialismo, o personalismo e o clientelismo.

Neste trabalho a cultura política é definida como uma formação histórica através da qual os agentes, tomados isoladamente ou enquanto grupo, expressam modos de percepção sobre os objetos políticos, os quais condicionam (não determinam) seus comportamentos e atitudes em relação a determinado regime político, fundamentados em valores e normas socialmente compartilhadas.

Portanto, a institucionalização de uma cultura política democrática acarreta em uma predisposição dos cidadãos em defender esse regime contra possíveis tentativas de recuos institucionais, o que levaria a que os altos custos de uma investida autoritária inibissem atores políticos a lançar mão desse recurso.

Assim, mesmo que a adesão aos princípios democráticos seja de natureza apenas normativa, ela é importante porque indica um ambiente propício para que o próprio conteúdo da democracia seja questionado, bem como quais ações fazem-se necessárias para incentivar a adoção de normas, valores e comportamentos condizentes com o tipo de democracia que se pretenda erigir.

Partindo do pressuposto de que existe uma correlação entre regime político e cultura política é possível observar tendências de manutenção ou mudanças expressivas ou, no limite, possibilidades de substituição de regime. Por consequência, numa democracia em que a participação plena seja um postulado é possível especular que a participação em instituições democráticas deriva de um apoio normativo ao regime, bem como na valorização de suas instituições, mediada por uma cultura política condizente. Antes de avançarmos nas questões sobre as instituições, os grupos dirigentes e a participação política é necessário examinar a questão da produção e reprodução da cultura política.

6.3 Produção e reprodução da Cultura Política

A forma como se produz e se reproduz a cultura política é central à compreensão da formação de valores, normas, atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação à política, pois sem intervenções deliberadas na conformação de novos padrões de sociabilidade a cultura política tende a manter-se no tempo. Em outros termos, sem que ocorra um processo educativo (não restrito à escolarização formal) que vise a fomentar determinados valores e normas e incentivar a adoção de comportamentos e atitudes compatíveis com os primeiros, a cultura política de determinado agrupamento humano tende a reproduzir-se sem alterações. Estudos que buscam relacionar educação (não apenas em seu aspecto formal) e cultura política têm indicado essa possibilidade. Preocupado em relacionar democracia e educação, sob a ótica da participação, Rifkin (1999, p.25), adverte que a educação é uma condição necessária para a democracia, contudo, não é uma causa suficiente, podendo haver situações em que países com elevado grau de escolarização afastem-se da democracia. Conforme sugerem Baquero & Baquero (2007), um nível elevado de instrução não é suficiente para garantir que a cultura política da população seja

de caráter democrático. A proposição de Villegas-Reimers (1995), buscando responder qual tipo de educação seria necessário para sedimentar a democracia, tanto como ideal, como prática cotidiana, nos diz:

Não é que qualquer educação é desejável; tem que haver um tipo particular de educação que prepare os cidadãos para viver em democracia [...] Faz falta educar para a democracia explicitamente (apud BAQUERO & BAQUERO, 2007, p. 141 – tradução nossa).

A discussão acima serve como suporte para que possamos entender a relação entre legitimidade do regime político e grupos dirigentes e como a cultura política interfere na mesma.

6.4 Grupos dirigentes, Legitimidade e Cultura Política

Grupos dirigentes são aqueles conjuntos de pessoas que possuem funções de mando nas instituições da democracia, ou seja, que ditam as formas como estas instituições cumprirão com seus objetivos manifestos. Assim, tomando um partido político como exemplo, os membros da direção têm a missão de ajustar a conduta da instituição no cotidiano com os objetivos traçados nos seus documentos fundamentais.

Os jovens dirigentes partidários em muitos casos não fazem parte da elite política tal como definida por Pareto (1966) e Mosca (1966), ou seja, daqueles que possuem a capacidade de governo na sociedade ou, mais especificamente, de influenciar nas decisões politicamente relevantes do governo. Contudo, como indica Bottomore (1974), os jovens partidários estão dentro da “classe política”, ou seja, “ todos os grupos que exercem poder ou influência política e estão diretamente empenhados em disputas pela

liderança política” (p. 15). Esta, por sua vez, “compõem-se de muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si” (p. 16).

Mas, o exercício do poder, em seus diferentes níveis, não garante uma avaliação positiva daqueles que estão submetidos a tal exercício, tampouco assegura a legitimação do mesmo.

A capacidade das instituições em cumprir com seus propósitos irá influenciar diretamente na avaliação que os cidadãos têm das instituições da democracia (dos partidos políticos, especificamente) e do regime político no seu todo, podendo servir tanto de elemento de legitimação quanto de deslegitimação do mesmo. Tal aspecto ficará mais claro quando demonstrarmos a percepção dos brasileiros quanto à democracia.

Como referido anteriormente, os comportamentos e atitudes refletem um conjunto de valores e normas compartilhados por determinado agrupamento, ou seja, eles têm incidência direta na forma de condução das instituições. Comportamentos e atitudes distintos daqueles que são socialmente esperados podem ser prejudiciais à legitimação do regime político, normalmente expressos em desconfiança nas suas instituições básicas.

Especificamente em relação aos partidos políticos, estes são instituições fundamentais no regime democrático representativo brasileiro uma vez que detêm o monopólio da representação formal nos poderes Executivo e Legislativo e forte influência na indicação de membros da alta magistratura. Avaliações negativas destas instituições como interlocutoras eficientes e legítimas das demandas dos grupos sociais pode resultar na erosão de um dos pilares de sustentação do regime possibilitando a reprodução do personalismo e, no limite, propiciando espaço para retrocessos institucionais.

Como veremos a seguir a renovação geracional de um partido político nem sempre é capaz de garantir uma renovação da cultura política, ainda que o senso comum tenha uma tendência a reservar aos jovens as tarefas das grandes mudanças.

6.5 Cultura Política e Renovação Geracional

Mannheim, discutindo sobre o “problema social da juventude” aponta que ela é um “agente revitalizador da vida social” (1968, p. 73). Tal situação se deve ao fato de que a juventude, por um lado, possui um maior espírito de aventura e, de outro, por não estar “completamente enredado no *status quo* da ordem social” (1968, p. 73). Contudo, ao contrário do que o senso comum apregoa, o autor adverte que a juventude não é necessariamente progressista, sendo possível observar, em diversos momentos históricos, a mobilização de jovens a partir de idéias e/ou movimentos conservadores e, até mesmo, reacionários. O que nos interessa reter é o fato de que a juventude ocasiona uma renovação geracional na sociedade (em específico, na política) pela incorporação dos indivíduos na arena da disputa política, nada garantindo que tal incorporação seja fruto de uma nova cultura política dos indivíduos e, nem mesmo, que esta acarrete a renovação da cultura política dos espaços de atuação. Ou seja, a percepção de problemas socialmente relevantes que embasariam o engajamento dos jovens não está diretamente relacionada à adoção de formas democráticas de resolução dos mesmos.

A pesquisa empreendida por Lúcia Rabello de Castro (2008), através de entrevistas a 25 jovens que participam de diversos movimentos e instituições, é ilustrativa do fato de que o engajamento na política não se fundamenta em interesses particularistas ou, especificamente, de ascensão social e acumulação de riquezas. Ao contrário, resulta da constatação das enormes desigualdades sociais que precisam ser enfrentadas para a consecução de uma sociedade mais justa. Enfim, trata-se de uma motivação valorativa do mundo, tendo a noção de igualdade social como sua fundadora. O deslocamento das formas de participação significa a busca de um maior controle dos resultados da ação impetrada, não interferindo na motivação acima apontada. Sugere a autora que:

Os jovens engajados no trabalho social engajado visam a não perder de vista a ‘causa’ dos destituídos ao longo da organização e da efetivação da ação. Seu

afastamento das instituições políticas, como os partidos, revela decepção com os interesses ‘vindos de cima’ que solapam o comprometimento com a transformação social. Nesse sentido, preferem permanecer circunscritos à ação local, de modo a constatar ‘com seus próprios olhos’ qual a eficácia que tal ação possui. Os que se engajam em partidos e nos movimentos estudantis pensam que somente dentro dessas organizações será possível transformar radicalmente a sociedade no âmbito de um projeto de nação. No entanto, esses jovens vivem os conflitos em relação às concessões que a luta partidária parece demandar, uma vez que a ação política está submetida a um enquadramento de interesses mais amplos. Em ambos os casos, o cenário de desigualdades sociais parece ser o aspecto que convoca à ação, incitando a transformação do estado de coisas ao redor (Rabelo de Castro, 2008, p.266).

Mesmo que no decorrer da ação ou, melhor dito, no processo de socialização política junto aos membros adultos dos partidos, interesses particularistas possam vir a mesclar-se ou, até mesmo, sobrepor-se à intenção inicial de redução das desigualdades sociais, isso não anula o fato de que a orientação para a ação esteve inicialmente vinculada a uma percepção valorativa do mundo que rodeia estes jovens. O problema que se coloca aqui é que, pelo menos teoricamente, muitos são os caminhos que podem ser percorridos para que se alcance o objetivo de equidade social, desde aqueles que primam pela democracia até aqueles que se utilizam de práticas autoritárias.

Até que ponto a cultura política dos jovens dirigentes partidários se diferencia (e se ela se diferencia) daquela verificada no conjunto da população? Poderiam os mesmos estarem reatualizando uma cultura política que pode, no extremo, ajudar a colocar em xeque a própria sobrevivência do regime mesmo em sua versão minimalista? Ou, por outro lado, poderiam ser observados novos padrões de cultura política entre os dirigentes juvenis partidários que pudessem representar uma perspectiva de melhora na avaliação destas instituições por parte dos cidadãos e, por consequência, em fortalecimento do regime? Aliás, é sobre qual a democracia real que vivenciamos atualmente no Brasil que trataremos a seguir. Também veremos que há uma correspondência entre o modelo que emerge do processo de redemocratização e a cultura política que orienta os cidadãos em relação aos objetos políticos.

6.6 A Democracia como realidade

Passadas duas décadas e meia podemos concluir que se, pelo menos no aspecto formal, o Brasil alcançou relativo sucesso na sua democratização, sobretudo tendo como referência as condições para a existência de uma poliarquia, propostas por Dahl (2005)¹, o mesmo não se pode dizer no que tange ao seu conteúdo. Segundo Baquero (2006), o impacto da globalização na América Latina, além de aprofundar as desigualdades sociais já existentes no subcontinente, erodiu as bases de legitimação das instituições democráticas, onde a população não as vê como capazes de superar tal situação. Neste contexto em que, segundo o autor, há “um declínio do capital social, num momento em que, paradoxalmente, se exige a valorização da sociedade e do cidadão” (idem, p. 28), há pouca predisposição dos brasileiros para participar de atividades associativas, tanto políticas como sociais. Analisando os dados de levantamento realizado pela Rede Interamericana para a Democracia, no que diz respeito à participação, no ano de 2004, o autor sugere que:

... não se constata predisposições, por parte dos brasileiros, de participar em atividades políticas ou sociais, confirmando a constituição de uma cultura política híbrida, caracterizada pela dimensão cognitiva: as pessoas sabem o que acontece na esfera política, mas não se sentem estimuladas a participar (Ibid. p. 43).

Buscando incorporar a história política brasileira, sobretudo desde a transição democrática, acreditamos que a cultura política brasileira não é incompatível com o projeto de democracia vislumbrado pelas elites durante o processo de redemocratização. Tendo em vista que os elementos mais radicalizados da oposição ao regime estavam afastados da vida pública e, portanto, concepções mais radicalizadas de democracia

¹ A posse de Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, significou o êxito na “prova de fogo” à qual Arturi (1995) se referia, na qual seria necessário que os membros da antiga oposição ao regime ditatorial pudessem ascender aos cargos aos quais postulassem, especialmente à presidência da república, sem que houvesse qualquer tentativa de um recuo institucional por parte de atores relevantes do *ancien régime*.

entravam no debate (quando muito) de forma tangencial, mas num ambiente que pouco espaço propiciava para uma tentativa de organização das massas populares, o que acabou prevalecendo foi um consenso “minimalista” sobre a democracia. A meu ver o próprio *slogan* “Diretas Já”, encerra os limites ideológicos do compromisso das elites políticas envolvidas no processo de transição, ou seja: um modo de escolha de elites e o direito de expressar divergências e preferências políticas, ou seja, o direito à livre opinião.

Fazendo uso do conceito de hegemonia de Gramsci, Castro (1998) busca incorporar a “dimensão do poder ao debate da Cultura Política” (p. 44). Adverte que a adoção de procedimentos democráticos em sociedades com sérios problemas sociais não garantem, por si só, a adesão da população ao credo democrático. No caso brasileiro, a aceitação do regime democrático, sendo que este não é capaz de resolver os problemas sociais, constitui-se num paradoxo. O “consenso minimalista” empreendido pelas elites políticas participantes do processo de redemocratização seria uma forma de garantir que a adoção de procedimentos democráticos não causaria danos ao sistema capitalista. Segundo o autor:

E é justamente este deslocamento da democracia como forma da democracia como conteúdo que explica a baixa adesão aos valores democráticos verificada empiricamente: como o que surge originalmente entre nós é a defesa hegemônica das **regras do jogo**, os valores anteriores e basilares do **jogo** não são devidamente considerados, por poderem significar um questionamento ao modelo econômico. Desta forma, o que parece existir entre nós é uma cultura política autoritária que se funde com a defesa hegemônica de procedimentos democráticos. Uma consequência dessa aparente contradição é um comportamento político que tem como limite os valores defendidos pelas elites políticas (Castro, 1998, p. 46 – grifos do autor).

O que se coloca como importante, portanto, não é se a cultura política brasileira é incompatível com a democracia, mas se ela é incompatível com um tipo específico de democracia e, portanto, se este “estado do espírito” dos cidadãos não possibilita margem para retrocessos institucionais que coloquem em risco mesmo essa democracia “minimalista”. A adesão ao consenso minimalista não foi capaz de incentivar os cidadãos a participarem das instituições democráticas. Em relação à juventude tampouco

se mostram disposições contrárias àquelas verificadas na população em geral. Analisando pesquisa realizada pela UNESCO em 2004, junto aos jovens brasileiros, Castro (2006) aponta que 27,3% dos jovens brasileiros participam ou já participaram de alguma organização social. Destes, somente 3,3% dos jovens entrevistados indicaram participar de organizações partidárias. Segundo a autora, apesar de baixos, estes índices são bastante elevados se comparados a algumas pesquisas realizadas na América Latina onde se constatou que, em muitos países, a participação política juvenil chegava a 20% dos entrevistados². A pesquisa aponta para uma adesão normativa ao regime democrático, onde 62,5% dos entrevistados concordaram que apesar dos problemas a democracia ainda é o regime político preferencial. Também aqui encontramos este déficit entre adesão normativa ao regime e participação no regime. No que se refere às instituições políticas tradicionais, a autora demonstra que os índices de desconfiança são bastante graves: 84,6% não confiavam nos partidos políticos, 76,7% não confiavam no Governo, 82% não confiavam no Congresso Nacional e 79,9% não confiavam nas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores (CASTRO, 2006, p.9).

Todavia, a adesão normativa ao regime aliada à descrença nas instituições e à baixa participação tem ocasionado a emergência (ou reafirmação) de uma cultura política ambivalente em relação à democracia, onde o que salta aos olhos é a desconfiança de que os procedimentos democráticos sejam capazes de dar respostas satisfatórias em situações de crise.

Buscando identificar o grau de adesão dos brasileiros ao regime democrático, Moisés (2008), estabelece uma tipologia baseada em duas formas do cidadão relacionar-se com a democracia: “(a) como um ideal e (b) como um sistema prático” (p. 11). O autor baseia seu estudo em dois pressupostos: o primeiro é que tanto a “orientação valorativa” (derivada da cultura política), quanto a “orientação pragmática” (derivada do julgamento do desempenho das instituições), “cria o ambiente em que se definem as atitudes e as percepções intersubjetivas dos indivíduos quanto ao regime político” (p. 12); a

² Mesmo não sendo objeto deste trabalho, é importante notar que a formulação da questão, para a pesquisa da UNESCO, pode ter ocasionado uma superestimação da participação política juvenil brasileira, uma vez que ao fazer referência ao passado (já participou?) os entrevistados podem ter feito referência a situações não mais vivenciadas no presente (participa?).

segunda, “que a qualidade da democracia [...] influencia a experiência dos cidadãos sobre as instituições democráticas” (p.12) o que pode reforçar alguns traços da cultura política brasileira. A tipologia criada para identificar a cultura política dos brasileiros estabelece três categorias: “democratas”, “ambivalentes” e “autoritários”. Segundo os dados levantados, o autor conclui que 40% dos brasileiros podem ser classificados como democratas, 53,7% como ambivalentes e 6,3% como autoritários. A questão complexifica quando os tipos são confrontados com situações em que exigem a manutenção das posições. Por exemplo, 59% dos democratas apóiam um regime não-democrático para resolver problemas econômicos (Moisés, 2008, p. 26). Portanto, o autor identifica um déficit entre o apoio à democracia como um ideal e a democracia como sistema prático, fruto da desconfiança nas instituições representativas, na ineficácia dos governos em diminuir as desigualdades sociais e numa cultura política calcada em valores antidemocráticos (patrimonialismo, personalismo e clientelismo). Neste sentido, pode-se objetar o que realmente os cidadãos entrevistados têm em mente quando indagados sobre o que é a democracia.

Ainda, a necessidade de repensar a democracia brasileira surge a partir da incorporação de novos agentes que, no ambiente autoritário, não podiam disputar o conteúdo do regime. Tal disputa tem levado à constatação da referida necessidade de reconceitualização da democracia. Segundo Baquero (2011a):

As novas democracias enfrentam, presentemente, pressões populares para gerar maiores oportunidades equitativas de acesso à arena política, aumentar a transparência dos gestores públicos e das instituições políticas, erradicar as práticas de corrupção e criar mecanismos de fiscalização dos governantes (p. 13).

A observação de Moisés (2008), de que uma parcela significativa de democratas possa apoiar saídas autoritárias para situações de crise econômica parece indicar que a manutenção de elevados índices de desigualdade social possa ser um elemento propulsor para aventuras autoritárias. Nem mesmo a conclusão de que os jovens têm no desejo de minimizar as desigualdades sociais a motivação para a participação política nos dá a certeza que esta atuação não se utilize de formas autoritárias.

As características da cultura política brasileira apontada por estes estudos são preocupantes por vários motivos, mas, sobretudo, pelo fato de os partidos políticos arregimentarem seus militantes entre cidadãos com tais características culturais. Longe de querer conferir aos partidos uma aura angelical, ou imputar-lhes virtudes democratizantes que podem não se apresentar, cabe indagar até que ponto eles mesmos não são uma reprodução, em menor escala, de padrões de sociabilidade encontrados no âmago da sociedade brasileira e que, ao reforçarem tais traços, tornam-se reféns de sua própria armadilha. Tal situação nos leva a problematizar o papel que os partidos políticos tem cumprido nesse sentido. É possível que estes estejam servindo como espaço de educação democrática apenas no seu aspecto procedimentalista.

7. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos deste trabalho, utilizamos a metodologia quantitativa, com a aplicação de questionários fechados, ao conjunto dos dirigentes juvenis dos partidos políticos, no Rio Grande do Sul, que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. A aplicação dos questionários se deu no período entre novembro de 2012 e agosto de 2013. Os dados coletados foram analisados com o auxílio do *software* SPSS 21 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Estabelecemos contatos com as direções estaduais da Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista (JS/PDT), Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT), Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira (JPSDB), Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (JMDB), Juventude Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (JPTB), Juventude do Democratas, Juventude Progressista do Partido Progressista. Destes, apenas os quatro primeiros se dispuseram a colaborar com a pesquisa, o que gerou um total de 26 questionários respondidos (PDT, 8 dirigentes; PT e PSDB, 7 dirigentes cada; e, PMDB, 4 dirigentes).

Empregamos análise de frequências e cruzamentos para testar as hipóteses formuladas, a partir das perguntas contidas no questionário aplicado.

Para a observação quanto ao apoio normativo ao regime democrático pedimos aos dirigentes que respondessem quanto concordavam (totalmente, em parte, discordância total) com a afirmação de que “A democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo”.

Buscando verificar a dimensão comportamental, pedimos para que os dirigentes respondessem com qual das frases concordavam mais: “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”; Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível”.

Para que pudéssemos testar a hipótese geral do trabalho, procedemos à construção de uma tipologia da cultura política levando em conta as duas questões anteriormente citadas, onde, para a caracterização de uma cultura política democrática eram consideradas as respostas “concordo totalmente” quanto a adesão à democracia e “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, quanto ao aspecto comportamental. O quadro abaixo demonstra, de forma clara, a caracterização adotada segundo as respostas obtidas.

QUADRO 1 - Caracterização da Cultura Política

		DIMENSÃO COMPORTAMENTAL	
		Com qual das frases você concorda mais:	
		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível
DIMENSÃO VALORATIVA A democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo	Concordo Totalmente	DEMOCRÁTICA	AMBIVALENTE
	Concordo em parte	AMBIVALENTE	AMBIVALENTE
	Discordo totalmente	AMBIVALENTE	AUTORITÁRIA

Elaborado pelo autor

No que diz respeito à hipótese específica, se o tipo de cultura política democrática pode ser caracterizada como minimalista/procedimentalista, buscamos inferir a partir da questão: “Escolha, entre as alternativas abaixo, aquela que você considera que melhor caracteriza o que é a democracia”, onde, a “possibilidade de escolher seus representantes” corresponde a uma concepção minimalista/procedimentalista; e, a “possibilidade de participar dos espaços públicos”, corresponde a uma concepção maximalista/substantiva.

Utilizamos, ainda, a questão que exige o posicionamento dos entrevistados quanto à melhor forma de resolução de uma eventual crise econômica³. Esta, buscava inferir qual o comportamento dos jovens dirigentes, se estes mantinham suas posições ou adotavam outra postura neste tipo de situação.

Assim, adotamos a seguinte tipologia resultante do cruzamento das questões acima citada:

QUADRO 2. Caracterização da Cultura Política Democrática

		Forma de resolução de crise	
		Atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar	Participação da população na elaboração das resoluções dos problemas
Característica principal da democracia	Possibilidade de escolher seus representantes	Procedimentalista/Minimalista	Ambivalente
	Possibilidade de participar dos espaços públicos	Ambivalente	Substantiva/Maximalista

Elaborado pelo autor

Assim, estabelecemos que, para o teste da hipótese específica (os jovens partidários aderem a uma cultura política democrática do tipo procedimentalista) levaremos em conta tanto o posicionamento relativo à caracterização da democracia, quanto na forma de superar uma eventual crise. Por exemplo, para ocorrência de uma cultura política democrática do tipo procedimentalista/minimalista, consideraremos aqueles que indicam

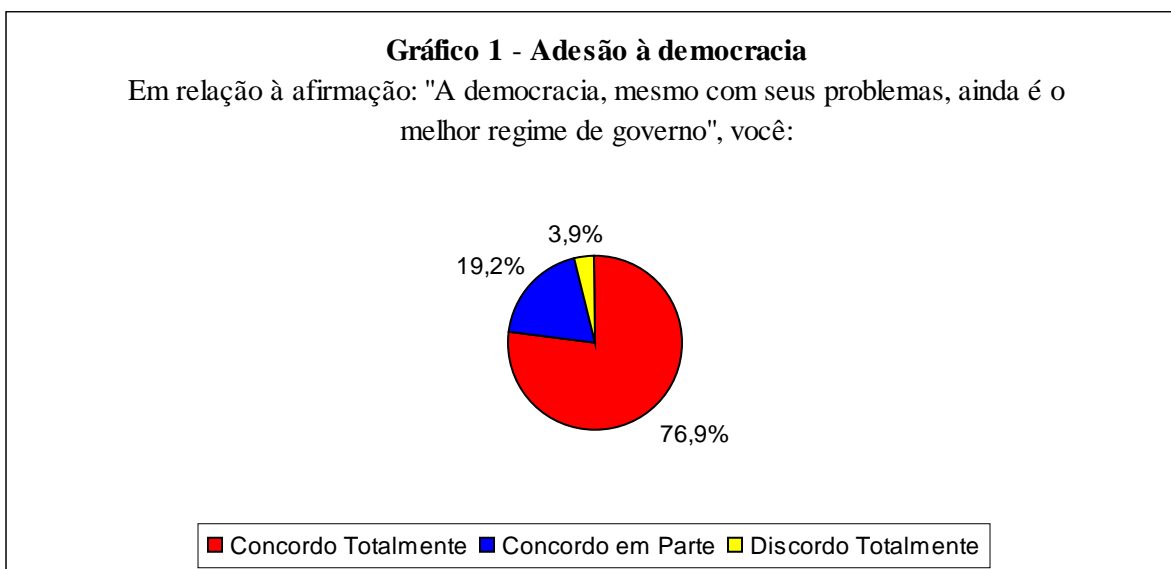
³ A pergunta utilizada foi: “Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil?”. As respostas disponíveis eram: (1) a atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar; (2) A participação da população na elaboração das resoluções; (3) Não saberia dizer; (4) Prefiro não responder.

ser a possibilidade de escolher seus representantes a principal característica da democracia e, ainda, indiquem que a atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar como a melhor forma de superar uma situação de crise.

Por fim, nossa intenção é realizar uma análise descritiva da cultura política dos dirigentes, buscando responder aos objetivos propostos.

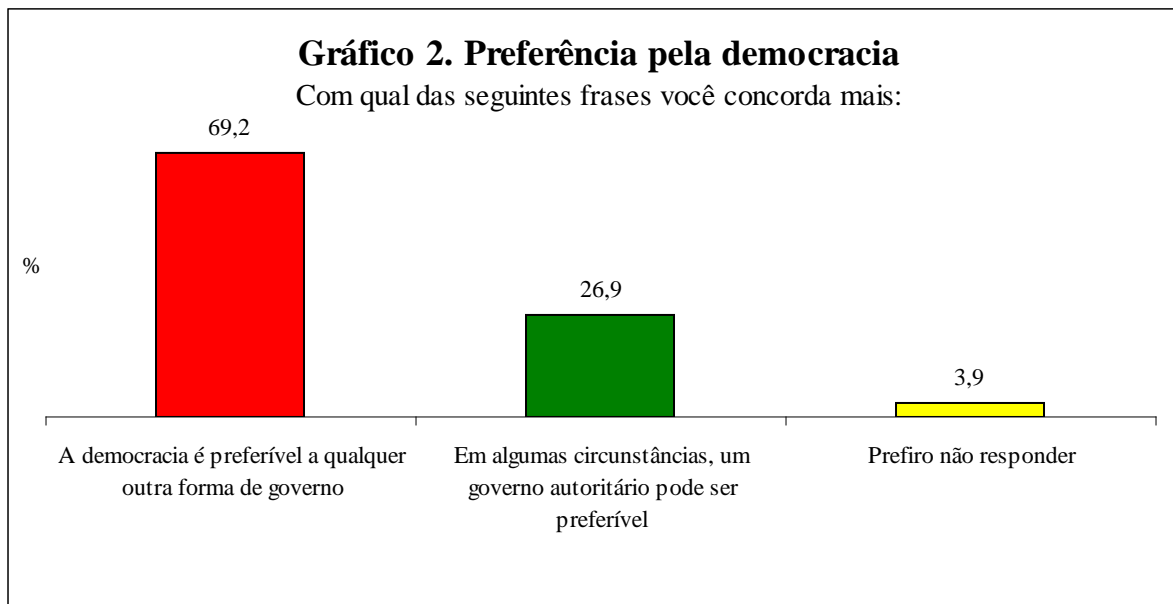
8. A DIMENSÃO EMPÍRICA

Inicialmente, buscamos inferir o apoio normativo à democracia. Segundo os dados do Gráfico 1, podemos notar que os jovens dirigentes partidários (76,9%) tendem a demonstrar um apoio normativo ao regime democrático. Apenas 3,8% dos jovens discordam totalmente que a democracia seja o melhor regime de governo, enquanto outros 19,2% demonstram desconfiança em relação à democracia. Neste ponto, há convergência entre a população em geral e este grupo específico, uma vez que, em ambos casos, existe um apoio normativo ao regime democrático.



Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26

Quanto à dimensão comportamental, observamos a preferência pela democracia quando confrontamos esta com a possibilidade de um governo autoritário. Os dados expostos no Gráfico 2 demonstram que 69,2% dos jovens dirigentes partidários continuam preferindo a democracia em relação a uma forma autoritária de governo.



Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26

Os dados abaixo (Tabela 1) nos permitem verificar a hipótese geral do trabalho. Quando observamos aqueles que concordam totalmente que a democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime político, e, confrontamos com a sua preferência em relação a um regime autoritário em determinadas circunstâncias, verificamos que 75% dos jovens dirigentes mantêm-se apostando na democracia. Utilizando-nos da tipologia construída para caracterizar a cultura política (Quadro 1), notamos que 57,67% (Tabela 4) do total dos jovens entrevistados podem ser qualificados como democratas.

Tabela 1. Manutenção de apoio à democracia frente a problemas circunstanciais.

		Com qual das seguintes frases você concorda mais: (%)			
		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível	Prefiro não responder	Total
Em relação à afirmação: “A democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo”, você:	Concordo Totalmente	75,0	25,0		100
	Concordo em Parte	60,0	20,0	20,0	100
	Discordo Totalmente		100		100
Total		69,2	26,9	3,9	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26

A filiação partidária do dirigente juvenil não afeta o apoio normativo ao regime democrático. Nos quatro grupos de dirigentes estudados (PT, PDT, PMDB e PSDB), a ampla maioria acredita que a democracia é o regime preferencial (Tabela 2).

Em nenhum dos partidos foram encontrados porcentagens inferiores a 71,4% (casos do PT e PSDB), sendo que 100% dos jovens “peemedebistas” entrevistados dizem que a democracia é o melhor regime de governo. É interessante notar que apenas na juventude do PSDB encontramos dirigentes que discordam totalmente quanto à democracia se o melhor regime de governo (14,3%).

Tabela 2. Apoio à democracia a partir da filiação do dirigente juvenil.

Em relação à afirmação: “A democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo”, você: (%)				
	Concordo Totalmente	Concordo em Parte	Discordo Totalmente	Total
PT	71,4	28,6		100
PDT	75,0	25,0		100
PMDB	100			100
PSDB	71,4	14,3	14,3	100
Total	76,9	19,2	3,9	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

Contudo, a filiação partidária incide na forma como o dirigente mantém o apoio à democracia em algumas circunstâncias. Como podemos notar na Tabela 3, os dirigentes juvenis do PSDB dividem-se quanto ao apoio à democracia em determinadas circunstâncias, situações nas quais 57,1% apontam que, dependendo do contexto, preferem um regime autoritário. De outro lado, os dirigentes do PT mantêm seu apoio à democracia. Interessante notar que há uma diferença quanto ao apoio normativo ao regime democrático, onde 28,6% dos jovens dirigentes do PT dizem concordar em parte que a democracia mesmo com seus problemas ainda é o melhor regime democrático. Essa diferença pode ser

fruto de um descontentamento em relação aos resultados da democracia, o que buscaremos verificar adiante.

Tabela 3. Democracia x Governo Autoritário a partir da filiação partidária.

Com qual das seguintes frases você concorda mais: (%)				
	A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível	Prefiro não responder	Total
PT	100			100
PDT	62,5	25,0	12,5	100
PMDB	75,0	25,0		100
PSDB	42,9	57,1		100
Total	69,2	26,9	3,9	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

A situação em relação à caracterização do tipo de cultura política a partir da filiação partidária pode ser mais bem observada a partir dos dados expostos na Tabela 4 (abaixo).

Todos os integrantes do PT que haviam aderido à democracia em seu sentido valorativo mantêm o apoio ao regime democrático em relação à uma forma autoritária de governo. Estes, por sua vez, significam 71,4% do total dos jovens “petistas” entrevistados.

No caso do PDT, os 66,7% que convergem entre adesão e apoio, significam 50,2% dos “pedetistas” entrevistados.

Em relação ao PMDB, não há variação do índice (75%) devido ao fato de que todos os “peemedebistas” aderiam à dimensão valorativa da democracia.

O menor índice de apoio à democracia, entre aqueles que aderiram à dimensão valorativa da democracia, pode ser encontrado junto aos jovens “tucanos”⁴ (60%), isso significa que apenas 42,84% do total dos jovens entrevistados do PSDB convergiam entre a dimensão valorativa e a comportamental.

Tabela 4. Adesão x Apoio à democracia a partir da filiação, em relação ao total dos entrevistados.

		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo (%)	% em relação ao total dos entrevistados por partido
	PT	100	71,4
Em relação à afirmação: “A democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo”, você: (a) Concordo totalmente	PDT	66,7	50,2
	PMDB	75	75
	PSDB	60	42,84
Total		75	57,67

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

Os dados descritos na Tabela 5, por seu turno, indicam que o grau de satisfação com o regime pode incidir sobre a possibilidade de que formas autoritárias sejam apoiadas em detrimento da democracia.

Neste sentido, como dito anteriormente, o alerta de Moisés (2006) de que a vivência negativa em relação ao regime democrático pode ocasionar a um comportamento ambivalente em relação à sua manutenção parece fazer sentido. Especificamente, os dados relativos ao PSDB indicam claramente nesta perspectiva, pois, 57,2% responderam que estão entre pouco e totalmente insatisfeitos com a democracia. Em relação aos dirigentes do PT, há um déficit entre a dimensão valorativa e a dimensão comportamental, quando

⁴ Os membros do Partido da Social Democracia Brasileira são identificados como “tucanos” em alusão à ave que simboliza o partido.

confrontados governo democrático e governo autoritário. A adesão normativa ao regime democrático chega a 71,4%, enquanto que na possibilidade de necessitar escolher entre democracia e autoritarismo, todos os dirigentes (100%) defendem o regime democrático. Neste caso, o aspecto ideológico pode estar interferindo na forma como os dirigentes “petistas” entendem a democracia ideal. Um indicativo disso poderá ser visto mais adiante quando buscaremos inferir entre uma concepção procedimentalista e uma substantiva de democracia.

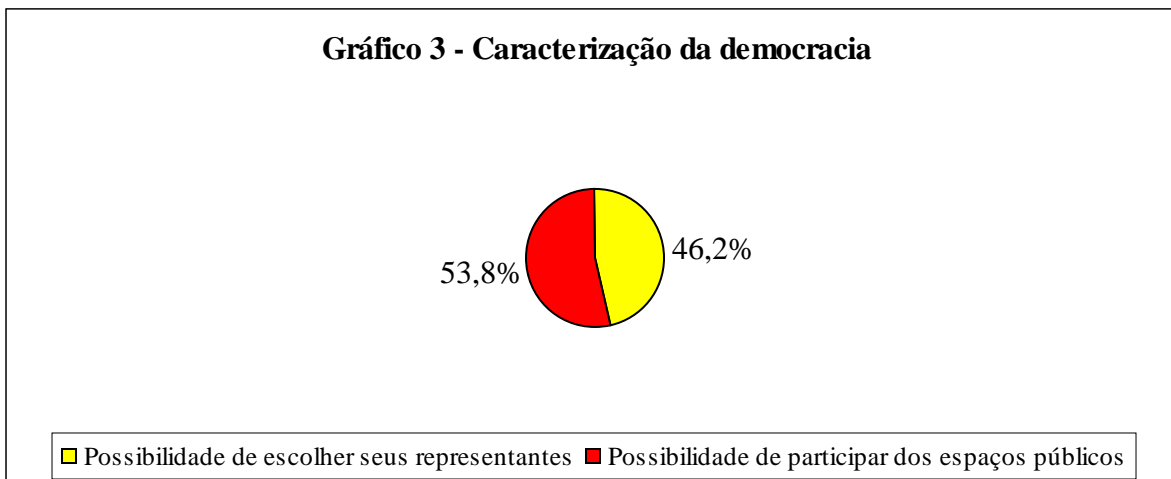
Tabela 5. Satisfação com a democracia a partir da filiação partidária.

Em relação à democracia você está: (%)						
	Totalmente satisfeito	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Totalmente insatisfeito	Total
PT		28,6	42,8	28,6		100
PDT	25,0		50,0	25,0		100
PMDB			75,0	25,0		100
PSDB	28,6		14,2	28,6	28,6	100
Total	15,4	7,7	42,3	26,9	7,7	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

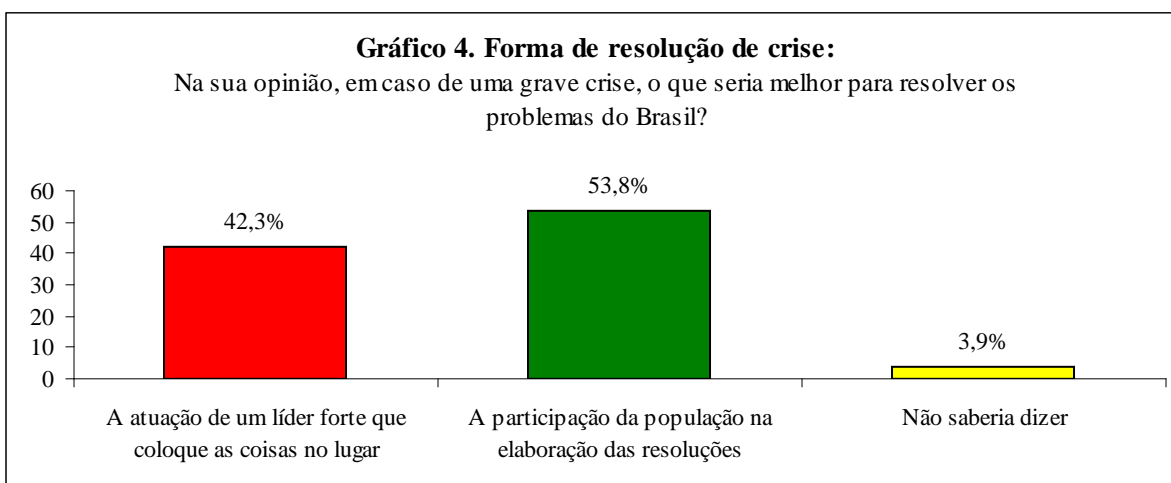
O Gráfico 3, abaixo, diz respeito à hipótese específica formulada no trabalho. Ou seja, qual o tipo de cultura política democrática dos jovens dirigentes partidários estudados: minimalista/procedimentalista ou maximalista/substantiva. Como dito anteriormente, foi requisitado que respondessem qual a característica que, segundo eles, melhor definiria a democracia: (a) possibilidade de escolher seus representantes, ou, (b) possibilidade de participar dos espaços públicos.

A maioria dos jovens entrevistados (53,8%) respondeu que a característica que melhor define a democracia é a possibilidade de participar dos espaços públicos. Os demais (46,2%) disseram que é a possibilidade de escolher seus representantes o que melhor caracteriza a democracia.



Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26

Buscando uma perspectiva diferente, foi utilizada a questão: “Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil?”. Outra vez, verificamos uma situação de equilíbrio (Gráfico 4), onde, 53,8% dos entrevistados dizem preferir a participação da população na resolução dos problemas, enquanto 42,3% dizem preferir a atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar. Tanto numa situação “normal”, quanto numa situação de crise, há uma preferência pela participação.



Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26

Ainda, na Tabela 6, abaixo, podemos observar que 71,4% dos jovens dirigentes que caracterizam a democracia como possibilidade de participar dos espaços públicos, apontam que a melhor forma de superar uma crise é apostando na participação da população na resolução dos problemas.

De outro lado, 53,8% daqueles que caracterizam a democracia como possibilidade de escolher seus representantes, apostam na atuação de um líder forte que coloque as coisas no seu lugar, 33,3% apontam a participação da população como forma de resolução da crise e 8,4% não saberia dizer.

Tabela 6. Caracterização da democracia x Forma de resolução de crise.

		Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil? (%)			
		A atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar	A participação da população na elaboração das resoluções	Não saberia dizer	Total
Escolha, entre as alternativas abaixo, aquela que você considera que melhor caracteriza o que é a democracia:	Possibilidade de escolher seus representantes	58,3	33,3	8,4	100
	Possibilidade de participar dos espaços públicos	28,6	71,4		100
Total		42,3	53,8	3,9	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26

Mas, quando buscamos examinar os dados acima descritos, relacionando com o total dos jovens entrevistados (Tabela 7), a parcela daqueles que podemos classificar como sendo portadores de uma cultura política democrática de tipo procedimentalista/minimalista, a partir da caracterização da cultura política adotada (Quadro 2), representa 26,9% dos jovens. De outro lado, 38,4% podem ser classificados como possuidores de uma

cultura política democrática do tipo substantiva/maximalista. Por fim, 34,7% dos jovens dirigentes entrevistados possuem uma cultura política democrática ambivalente, ou seja, “flutuam” entre o modelo representativo/procedimentalista e o substantivo de democracia.

Tabela 7. Caracterização da democracia x Forma de resolução de crise, em relação ao total dos jovens entrevistados

		Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil? (%)			
		A atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar	A participação da população na elaboração das resoluções	Não saberia dizer	Total
Escolha, entre as alternativas abaixo, aquela que você considera que melhor caracteriza o que é a democracia:	Possibilidade de escolher seus representantes	26,9	15,4	3,9	46,2
	Possibilidade de participar dos espaços públicos	15,4	38,4		53,8
Total		42,3	53,8	3,9	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26

Quando observamos a caracterização da democracia a partir da filiação dos jovens dirigentes (Tabela 8), é possível notar que não existe homogeneidade quanto ao tipo de cultura política democrática para cada grupo.

No caso do Partido dos Trabalhadores, existe claramente um viés maximalista/substantivo na cultura política democrática, onde 85,7% caracterizam a democracia como possibilidade de participação nos espaços públicos.

Ao contrário, os jovens dirigentes do Partido Democrático Trabalhista (62,5%) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (75%), indicam a possibilidade de escolher seus representantes como a principal característica da democracia.

Contudo, a situação em que há um maior “equilíbrio” é a verificada no PSDB, onde 57,1% dos jovens caracterizam a democracia como possibilidade de participação, enquanto 42,9% indicam a possibilidade de escolher seus representantes.

Tabela 8. Caracterização da democracia a partir da filiação partidária.

Escolha, entre as alternativas abaixo, aquela que você considera que melhor caracteriza o que é a democracia: (%)			
	Possibilidade de escolher seus representantes	Possibilidade de participar dos espaços públicos	Total
PT	14,3	85,7	100
PDT	62,5	37,5	100
PMDB	75,0	25,0	100
PSDB	42,9	57,1	100
Total	46,2	53,8	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

Quanto à forma de resolução de crise a partir da filiação partidária (Tabela 9), podemos notar que, no caso do Partido dos Trabalhadores, todos os dirigentes apontam que a participação da população na elaboração das resoluções é o caminho a ser seguido.

A resolução de crise a partir da atuação de um líder que seja capaz de colocar as coisas no lugar é o caminho preferencial apontado tanto pelos dirigentes do PDT (62,5%), quanto do PSDB (71,4%).

Entre os dirigentes do PMDB, por seu turno, 50% apontam que a resolução se dá a partir da participação, enquanto 25% preferem a atuação de um líder e os demais (25%) não saberiam dizer qual a melhor forma.

Tabela 9. Forma de resolução de crise a partir da filiação partidária.

Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil? (%)				
	A atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar	A participação da população na elaboração das resoluções	Não saberia dizer	Total
PT		100		100
PDT	62,5	37,5		100
PMDB	25,0	50,0	25,0	100
PSDB	71,4	28,6		100
Total	42,3	53,8	3,9	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

Como é possível notar, a partir dos dados da Tabela 10, a filiação partidária tem influência na forma como os jovens se posicionam frente a uma crise a partir da caracterização da democracia.

Os jovens “petistas” apóiam, na totalidade, a participação da população na elaboração das resoluções. É interessante frisar que, mesmo aqueles que caracterizam a democracia como a possibilidade de escolher seus representantes, apostam na participação como forma de resolução.

Entre os membros do PMDB que disseram que a democracia se caracterizava pela escolha dos representantes, há uma divisão na forma de resolução de eventual crise, onde, 33,3% apostam num líder forte, outros 33,3% preferem a participação e os demais 33,3% não saberiam responder. Já os “peemedebistas” que apontam a democracia como possibilidade de participação, todos apontam que é este o caminho para que se consiga sair de uma eventual crise.

No caso dos jovens dirigentes do PDT, que apontam como característica da democracia a escolha dos representantes, 80% apostam na liderança. Enquanto isso, dentre

os “pedetistas” que caracterizam a democracia como participação, a maioria (66,7%) diz que se deve apostar na participação para solucionar a crise.

Para o caso do PSDB os dados são distintos dos demais. Os jovens “tucanos” que identificam a democracia com a escolha de representantes, em sua maioria (66,7%), preferem que um líder resolva a crise. Interessante é que, entre os jovens do PSDB que relacionam democracia e participação, a maioria (75%), não acredita que por esse caminho seja possível superar os impasses provocados por uma crise, apostando numa liderança forte.

Tabela 10. Caracterização da democracia x Forma de resolução de crise a partir da filiação partidária.*

Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil? (%)*					
Caracterização da Democracia	Filiação Partidária	A atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar	A participação da população na elaboração das resoluções	Não saberia dizer	Total
Possibilidade de escolher seus representantes	PT		100		100
	PDT	80	20		100
	PMDB	33,3	33,3	33,3	100
	PSDB	66,7	33,3		100
	Total		58,3	33,3	8,4
Possibilidade de participar dos espaços públicos	PT		100		100
	PDT	33,3	66,7		100
	PMDB		100		100
	PSDB	75	25		100
	Total		28,6	71,4	
Total		42,3	53,8	3,9	100

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

* Algumas células podem não somar 100% devido a efeitos de arredondamentos

Os dados da Tabela 11 nos permitem ter uma melhor visualização do tipo de cultura política democrática a partir da filiação, levando-se em conta o total de jovens entrevistados por partido.

No caso do Partido dos Trabalhadores a maioria dos jovens (85,7%) relaciona a caracterização da democracia como participação e buscam essa forma de resolução de eventual crise.

Entre os trabalhistas, 50% dos jovens situam-se dentro da tipologia de uma cultura política democrática procedimentalista, enquanto, apenas 25% apresentam uma cultura política democrática substantiva, enquanto 25% pode ser caracterizado como ambivalente.

Em relação ao PMDB, existe uma relação de ambivalência na cultura política democrática de seus jovens dirigentes, uma vez que a maioria deles, apesar de caracterizar a democracia como possibilidade de escolher seus representantes, divide-se quanto à melhor forma de resolução de crise entre a atuação de um líder (25%), a participação da população (25%) e não sabendo apontar qual melhor alternativa (25%). Ainda, é interessante notar que os que adotam uma cultura política democrática substantiva, no caso do PMDB, em sua totalidade, apontam a participação como forma de resolução de crise.

Por fim, no caso dos jovens dirigentes do PSDB, a relação é de ambivalência quanto ao tipo de cultura política democrática (57,1%). O que é marcante, entre os jovens “tucanos”, é o fato de aqueles que caracterizam a democracia como participação, não apostam nesta alternativa como solução de uma eventual crise, onde, 42,8% dos dirigentes prefere a atuação de um líder que coloque as coisas no lugar. Apenas 14,3% dos jovens do PSDB caracteriza a democracia como participação e aposta neste caminho como solução de crise.

Tabela 11. Caracterização da democracia x Forma de resolução de crise a partir da filiação, em relação ao total de entrevistados por partido.

Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil? (%)*

Caracterização da Democracia	Filiação Partidária	A atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar	A participação da população na elaboração das resoluções	Não saberia dizer	Total
Possibilidade de escolher seus representantes	PT		14,3		14,3
	PDT	50	12,5		62,5
	PMDB	25	25	25	75
	PSDB	28,6	14,3		42,9
Possibilidade de participar dos espaços públicos	PT		85,7		85,7
	PDT	12,5	25		37,5
	PMDB		25		25
	PSDB	42,8	14,3		57,1

Fonte: pesquisa com jovens dirigentes no RS. n=26 (PT, n= 7; PDT, n= 8; PMDB, n=4; PSDB, n= 7)

Passamos, a partir da próxima seção, a discutir os dados aqui descritos em seu conjunto, a fim de verificar as hipóteses e os objetivos propostos pelo trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dimensão empírica nos permite verificar que o grupo de jovens dirigentes partidários adere à democracia em sua dimensão valorativa. Em sua maioria (76,9%), indicam, que, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo. Neste aspecto, há uma correspondência com o que é verificado quanto ao conjunto da população brasileira.

Também, quanto à dimensão comportamental, os jovens dirigentes preferem a democracia às formas autoritárias de governo (69,2%). Dentre os que concordam totalmente que a democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo, a maioria (75%) respondeu que ela é preferível a qualquer outra forma de governo, mesmo diante de problemas circunstanciais. Levando em conta a tipologia adotada para a caracterização da cultura política (QUADRO 1), verificamos que 57,2% dos jovens podem ser caracterizados como portadores de uma cultura política democrática. Diante desse fato, somos levados a aceitar a hipótese geral do trabalho de que a participação em instituições da democracia aumenta a probabilidade da adoção de uma cultura política democrática.

Contudo, é necessário sublinhar que, se na dimensão valorativa os membros de todas as organizações consideram a democracia o melhor regime de governo, o mesmo não se pode dizer na dimensão comportamental. Ainda que isto não afete a hipótese geral, e levando em conta a tipologia adotada, destacamos que, especificamente no caso dos dirigentes do PSDB, onde 57,1% indicam que, em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível, a cultura política dos mesmos deve ser classificada como ambivalente. Tal situação parece ser influenciada pela avaliação dos mesmos em relação aos resultados da democracia, onde 28,6% dizem estar pouco satisfeitos e outros 28,6% totalmente insatisfeitos com a democracia, totalizando 57,2% dos jovens tucanos entrevistados. Quanto aos demais, a cultura política dos mesmos permanece sendo qualificada como democrática.

A respeito da hipótese específica formulada, de que os jovens dirigentes partidários estudados seriam portadores de uma cultura política democrática de tipo procedimentalista/minimalista, os dados levantados nos levam a rejeitar a hipótese formulada. Levando em conta a caracterização do tipo de cultura política democrática adotada (Quadro 2), verificamos que apenas 26,9% dos jovens entrevistados caracterizam a democracia como possibilidade de escolher seus representantes e preferem a atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar diante de uma eventual situação de crise.

De maneira geral, podemos classificar a cultura política dos jovens dirigentes como sendo ambivalente, segundo a classificação proposta e os dados expostos. Mas, é necessário frisar que ao contrário de ser uma situação em que há uma “cristalização” entre estas formas, os dados parecem indicar uma relação de tensão entre os tipos propostos.

Em relação à cultura política democrática, tomando como base cada um dos partidos aos quais são filiados, os dados nos indicam que é possível notar que existem diferenças significativas entre cada uma das organizações. Os jovens vinculados ao PT, claramente adotam uma cultura política democrática do tipo substantiva/maximalista. Já, em relação aos jovens do PDT, 50% convergem na caracterização da democracia como escolha de representantes e a atuação de um líder forte em caso de uma crise, razão pela qual podemos classificar o tipo de cultura política democrática como procedimentalista. Tanto os jovens do PSDB, quanto os do PMDB, podem ser classificados possuindo uma cultura democrática ambivalente, como visto anteriormente.

Dessa forma, no que depender dos jovens dirigentes estudados, tendo em vista o tipo de cultura política que orienta seus comportamentos e atitudes, podemos concluir que a democracia não corre riscos em relação a recuos institucionais ou restaurações autoritárias. Porém, devido a ambivalência dos mesmos no que diz respeito ao tipo de cultura política democrática da qual são portadores, a qualidade da democracia ainda é uma questão em aberto. Tampouco, podemos estar certos da possibilidade de reversão do quadro de desconfiança dos brasileiros em relação aos partidos políticos,

Referência Bibliográfica

ARTURI, Carlos S. **As eleições no processo de transição à democracia no Brasil.** *In:* BAQUERO, Marcello (Org.). Brasil: opinião pública, transição e eleições no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

BAQUERO, Marcello. **Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa?** *In:* BAQUERO, Marcello & CREMONESE, Dejalma. Capital Social: teoria e prática. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006.

_____. **Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política?** *In:* BAQUERO, Marcello (Org.). Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

_____. **A Cultura Política na agenda da democratização na América Latina.** *In:* BAQUERO, Marcello (Org.). Cultura(s) Política(s) e democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2011a.

_____. **Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI.** *In:* BAQUERO, Marcello (Org.). Cultura(s) Política(s) e democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2011b.

BAQUERO, Rute & BAQUERO, Marcello. **Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses.** *In:* Revista Ciências Sociais em Perspectiva, volume 6, nº 11, 2007, pp. 139-153. disponível em <" <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1506/1224>"> acessado em 26 out. 2013.

BORÓN, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

BOTTOMORE, T.B., **As elites e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

CASTRO, Henrique C. de Oliveira de. **Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa da explicação do comportamento político não democrático.** *In:* BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de O. De; GONZÁLES, Rodrigo Stumpf (Orgs.). A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS / Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. **Juventude e participação: perfil e debate. 2006.** <disponível em “http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_321.pdf”> acessado em 27 out. 2013.

CREMONESE, Dejalma. **Capital Social: teoria e prática.** Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia: uma introdução crítica.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna.** In: BRITTO, Sulamita de (Org.). *Sociologia da Juventude (volume I)*. Rio de Janeiro:> Zahar Editores, 1968.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura Política, instituições e democracia.** In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66, fevereiro/2008.

MOSCA, Gaetano. **A classe dirigente.** In: SOUZA, Amaury (Org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

PARETO, Vilfredo. **As elites e o uso da força na sociedade.** In: SOUZA, Amaury (Org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

RABELLO DE CASTRO, Lúcia. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** In: *Revista de Sociologia e Política*, volume 16, nº 30, pp. 263-268, junho/2008.

VILLEGAS-Reimers, E. **Educación para la democracia en el contexto latinoamericano.** In: *Primer Seminario Internacional – Educación para la Democracia. Informe final.* Organización de los Estados Americanos (OEA). Ministerio de Educación y Culto. Asunción, Paraguay, 04 a 06 de octubre, 1995.

VITULLO, Gabriel. **Saindo do marasmo acadêmico: reflexões sobre cultura política e as teorias da democracia participativa.** In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Desafios da democratização na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

Anexos

ANEXO 1 - Questionário

Pesquisa sobre Participação, Cultura Política e Jovens dirigentes no RS

Prezado(a) Senhor(a):

Esta pesquisa destina-se à obtenção de dados quantitativos para o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciência Política - "DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E JUVENTUDE: Estudo sobre jovens dirigentes partidários no Rio Grande do Sul".

Os dados coletados serão utilizados para fins unicamente científicos, tais como, produção do TCC acima referido, de artigos sobre o tema, exposições, entre outros, respeitando o direito à privacidade dos respondentes.

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!!!

Questionário nº _____

Q1 – Sexo: () Masculino () Feminino

Q2 – Idade (em anos): _____

Q3 – Você é dirigente da Organização Juvenil de qual partido? _____

Q4 – Qual a sua escolaridade?

- () Ensino fundamental incompleto
- () Ensino fundamental completo
- () Ensino médio incompleto
- () Ensino médio completo
- () Ensino superior incompleto
- () Ensino superior completo
- () Pós-graduação (incompleto/completo)

Q5 – Qual a sua ocupação atual?

- () Sem ocupação no mercado de trabalho
- () Estagiário/Aprendiz
- () Servidor público concursado
- () Servidor Público Contratado (Contrato Emergencial, Cargo em Comissão)
- () Trabalhador na iniciativa privada
- () Empreendedor/Empresário
- () Trabalho voluntário em Organizações Não-Governamentais
- () Prefiro não responder

Q6 - Como você classificaria a influência de sua FAMÍLIA em sua decisão de participar da política?

	1	2	3	4	5	
Nenhuma Influência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muita Influência

Q7 – **ANTES** de ingressar na organização juvenil de seu partido, você participava de algum(uns) desses espaços de atuação?

	SIM	NÃO
Grêmios Estudantis		
Centro/Diretório Acadêmico		
Sindicato		
Associação de Moradores		
Grupo(s) de Tradições Regionais		
Grupo(s) Religioso(s)		
Organizações Não-Governamentais (Ambientalistas, Proteção de Animais, Ajuda aos Necessitados, etc)		

Q8 - Em relação à afirmação: “A democracia, mesmo com seus problemas, ainda é o melhor regime de governo”, você:

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Discordo totalmente
- Não saberia dizer
- Prefiro não responder

Q9 - Escolha, entre as alternativas abaixo, aquela que você considera que melhor caracteriza o que é a democracia:

- Possibilidade de escolher seus representantes
- Possibilidade de participar de espaços públicos
- Não saberia dizer
- Prefiro não responder

Q10 - Na sua opinião, em caso de uma grave crise que viesse a ocasionar um aumento nos índices de desemprego e insegurança, entre outros, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil?

- A atuação de um líder forte que coloque as coisas no lugar
- A participação da população na elaboração das resoluções
- Não saberia dizer
- Prefiro não responder

Q11 - **APÓS** seu ingresso na Organização Juvenil do Partido você continuou ou passou a participar de algum (uns) desses espaços de atuação?

	SIM	NÃO
Grêmio Estudantil		
Centro/Diretório Acadêmico		
Sindicato		
Associação de Moradores		
Grupo(s) de Tradições Regionais		
Grupo(s) Religioso(s)		
Organizações Não-Governamentais (Ambientalistas, Proteção de Animais, Ajuda aos Necessitados, etc)		

Q12 – Com qual das frases você concorda mais?

- () A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
- () Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível
- () Dá no mesmo um regime democrático ou um não democrático
- () Não saberia dizer
- () Prefiro não responder

Q13 - Em relação à afirmação “Em caso de tumulto, num protesto por melhorias na educação, por exemplo, é natural que nem sempre as forças policiais atuem dentro dos limites legais”, você:

- () Concordo totalmente
- () Concordo em parte
- () Discordo totalmente
- () Não saberia dizer
- () Prefiro não responder

Q14 – Em relação à democracia você está:

- () Totalmente satisfeito
- () Muito satisfeito
- () Satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Muito insatisfeito
- () Não saberia dizer
- () Prefiro não responder

Q15 - Caso uma determinada categoria profissional, decida entrar em greve por melhores salários, e você concorde com as suas reivindicações, você:

- () Apóia, mesmo que possa lhe trazer algum prejuízo
- () Apóia, desde que não lhe traga prejuízos
- () Não apóia, pois a greve não é um instrumento eficaz
- () Não apóia, pois a greve não é um instrumento legítimo
- () Não saberia dizer
- () Prefiro não responder

Q16 – Como você avalia a participação dos jovens nas decisões do partido?

- Os jovens têm o espaço adequado de participação nas instâncias partidárias e influenciam muito nas decisões do partido
- Os jovens têm um espaço reduzido de participação nas instâncias partidárias, mas influenciam muito nas decisões do partido
- Os jovens têm o espaço adequado de participação nas instâncias partidárias, mas têm pouca influência nas decisões do partido
- Os jovens têm um espaço reduzido de participação nas instâncias partidárias e influenciam pouco as decisões do partido
- Não saberia dizer
- Prefiro não responder

Q17 - Em relação à afirmação “Disputas eleitorais, na maioria das vezes, são prejudiciais à coesão dos partidos”, você:

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Discordo totalmente
- Não saberia dizer
- Prefiro não responder

Q18 - No último ano você participou de algum curso de capacitação política realizado pelo partido ou pela organização juvenil?

- Não, pois não foram realizados cursos neste período
- Não, devido a problemas de ordem pessoal
- Não, pois eu não fazia parte do público ao qual o curso era direcionado
- Sim, de 1 a 2 cursos
- Sim, de 3 a 4 cursos
- Sim, de 5 cursos ou mais

Q19 - Caso você tenha participado de algum curso, sobre qual tema ele(s) se referia(m)? (Você pode escolher mais de uma alternativa)

- Teoria política
- Conjuntura (Economia, Relações Internacionais, Meio-ambiente, etc)
- Legislação eleitoral
- Marketing Político/Eleitoral
- Como elaborar programas de governo
- Capacitação de candidatos
- Outros não listados
- Não recordo os temas tratados

Q20 - Em relação à afirmação: “As disputas internas dos partidos são, normalmente, entre interesses pessoais e não entre projetos”, você:

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Discordo totalmente
- Não saberia dizer
- Prefiro não responder

Q21 – Como você se definiria em relação à sua classe social?

- Alta
- Média-alta
- Média
- Média-baixa
- Baixa
- Não saberia dizer
- Prefiro não responder

Q22 – Em relação à sua etnia/raça, você se classificaria como?

- Branco
- Pardo
- Negro
- Asiático
- Indígena

Q23 - Antes de sua filiação, algum membro de sua família era filiado ao partido ao qual você se filiou? **(Você pode escolher mais de uma resposta)**

- Nenhum
- Pai
- Mãe
- Irmão/o (ãs/ãos)
- Tio(s)/Tia(s)
- Primos/Primas

Q24 - Caso acredite necessário, deixe seu comentário e/ou sugestão a respeito do questionário, ou qualquer observação que considere importante:

Q25 - Para finalizar, gostaria que indicasse um telefone para contato ou e-mail, o qual será utilizado APENAS pelo orientador da pesquisa a fim de conferir a aplicação do questionário:
